



Regulamentação dos critérios para realização de investimentos pelas sociedades supervisionadas pela SUSEP

Substituição da **Resolução Nº 98/02** do
Conselho Nacional de Seguros Privados

A Resolução CNSP nº 98, de 30.09.2002 foi revogada pela Resolução CNSP nº 226, de 06.12.2010.

Divisão de Monitoramento de Ativos
Coordenação de Monitoramento de Provisões Técnicas e Ativos
Coordenação-Geral de Monitoramento de Solvência
Diretoria Técnica
Agosto /2010

Tópicos:

1. Definições
2. Utilização de instrumentos derivativos
3. Exceção para aplicação em empresas ligadas
4. Outras alterações
5. Prazo de adaptação
6. Dúvidas

1. Definições

Foram incluídas ou aperfeiçoadas algumas definições em função de dúvidas apresentadas pelo mercado supervisionado e da necessidade de adaptação à legislação em vigor, sendo os principais casos:

sociedade supervisionada: sociedade seguradora, ressegurador local, sociedade de capitalização ou entidade aberta de previdência complementar.

investimentos: ativos e modalidades operacionais da sociedade supervisionada.

1. Definições (cont.)

derivativos: contratos de ativos financeiros ou valores mobiliários cujo valor e características de negociação derivam de outros investimentos, que lhes servem de referência.

proteção da carteira: redução da exposição a determinados fatores de risco, aumentando a exposição ao índice de referência da carteira, do fundo ou do passivo vinculado ao plano ou seguro, o que se aplicar.

síntese de posição do mercado à vista: utilização de derivativos com o objetivo de sintetizar estruturas financeiras negociadas no mercado à vista.

1. Definições (cont.)

fator de risco: o índice de preços, a taxa de juros, o índice de ações ou o preço do ativo cuja variação possa produzir efeito sobre o valor de mercado da carteira de investimentos.

FIE: o fundo de investimento ou o fundo de investimento em cotas de fundos de investimento, constituído especificamente para a recepção, direta ou indireta, dos recursos provenientes de sociedades supervisionadas.

2. Utilização de instrumentos derivativos

Obrigatoriedade de Registro e Exigência de Garantia:

- As operações com derivativos devem ser registradas, em nome da sociedade supervisionada ou do FIE, conforme o caso, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou pela CVM.
- É vedada a realização de operações na modalidade “sem garantia”.

2. Utilização de instrumentos derivativos (cont.)

Vedações para carteira de sociedade supervisionada:

- Utilização de derivativos para alavancagem.
- Aplicação, direta ou indireta, em cotas de fundos de investimento cujo regulamento permita a utilização de derivativos para alavancagem.
- Operação de venda de opção a descoberto.

2. Utilização de instrumentos derivativos (cont.)

Objetivo da operação:

Situação Atual	Proposta
<ul style="list-style-type: none">- Proteção da carteira. <p>Obs.: As sociedades supervisionadas e os prestadores de serviços têm dúvidas se o conceito se limita às operações de <i>hedge</i>.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Proteção da carteira; ou- Síntese de posição do mercado à vista.

2. Utilização de instrumentos derivativos (cont.)

Limite de exposição em carteira de FIE:

Situação Atual	Proposta
- 50% do PL do fundo.	<ul style="list-style-type: none">- 100% do PL do fundo considerada a exposição total ao mercado de derivativos.- 100% do PL do fundo somando-se, <u>por fator de risco</u>, a exposição ao mercado de derivativos e a posição detida à vista.- Vedação para venda de opções a descoberto.

2. Utilização de instrumentos derivativos (cont.)

Regulamento do FIE:

Deverá explicitar o objetivo, as restrições e os limites de exposição na utilização de instrumentos derivativos.

Enquadramento da composição da carteira do FIE:

A exposição resultante da utilização de instrumentos derivativos deve ser considerada para fins de enquadramento da carteira do FIE nos critérios de diversificação definidos no seu regulamento, no respectivo produto comercializado e nas diretrizes fixadas pelo CMN para os ativos garantidores das provisões técnicas.

2. Utilização de instrumentos derivativos (cont.)

Vedação para que o FIE aplique em fundos alavancados:

É vedado ao FIE possuir em sua carteira investimento, direto ou indireto, em cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere, a qualquer tempo, exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido.

3. Exceção para aplicação em empresas ligadas

Fica mantida a vedação para operações com empresas ligadas, contudo:

- Essa vedação não se aplica à aquisição de ações integrantes de índice de mercado, que seja referência para a política de investimentos do fundo ou da sociedade seguradora, desde que respeitada a proporção de participação de cada ação no referido índice.

4. Outras alterações

Ativos cujo risco de crédito recaia em pessoas físicas:

-É vedada a aplicação, direta ou indireta, em ativos emitidos, coobrigados ou de qualquer forma garantidos por pessoas físicas.

Exceção: Esta vedação não se aplica aos empréstimos assistenciais.

4. Outras alterações (cont.)

Operações compromissadas realizadas em carteira de FIE:

- O ativo objeto da operação compromissada deverá ser computado para efeito de enquadramento nos quesitos de diversificação definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

4. Outras alterações (cont.)

Avaliação de risco em carteira de fundos de investimento:

- Fica vedada a aplicação, direta ou indireta, em cotas de fundos de investimento que não possuam procedimentos de avaliação e mensuração do risco da sua carteira de investimentos.

4. Outras alterações (cont.)

Exceção para a exigência de que os valores mobiliários de distribuição pública, adquiridos por sociedade supervisionado ou por FIE, tenham distribuição previamente registrada na CVM:

-Essa exigência não se aplica aos casos em que o registro prévio da distribuição seja dispensado por Instrução editada pela CVM.

Exemplo: Aplicação em debêntures emitidas com base na Instrução CVM Nº 476/09.

4. Outras alterações (cont.)

Identificação do investimento por codificação internacional:

- Os títulos e valores mobiliários que integrem os investimentos da sociedade supervisionada e do FIE devem ser detentores de identificação com código ISIN (*International Securities Identification Number*).

5. Prazo de adaptação

- Fica estabelecido o prazo de **90 (noventa) dias** para adaptação ao novo normativo.
- Esse prazo não se aplica aos dispositivos previstos na Resolução CNSP Nº 98/02.

6. DÚVIDAS

Contato:

Divisão de Monitoramento de Ativos – DIMAT

dimat.rj@susep.gov.br

(21) 3233-4044